

PRONATEC

Caminhos polêmicos para um objetivo inquestionável

RENATO DECCACHE

renato.deccache@folhaingda.com.br

Um dos desafios para o Brasil é crescer a um ritmo mais acelerado. Oportunidades não faltam. O fato de o país ser sede da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016 vai dinamizar a economia em diversos segmentos. Isto sem falar nas áreas que tendem a demandar mão de obra em larga escala, como a de Petróleo e Gás, em função do início da exploração da Camada do Pré-Sal, e a Indústria Naval, com estaleiros que possuem encomendas para os próximos 30 anos.

Mas, para o Brasil aproveitar o que muitos especialistas têm chamado de "década de ouro" para a economia, um dos principais gargalos a serem superados é o da falta de trabalhadores qualificados. Para evitar um apagão de profissionais nos próximos anos, o governo federal lançou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Entre especialistas é unânime a posição de que o país precisa ampliar a oferta de vagas nesse tipo de formação, como forma de impulsionar o desenvolvimento. Mas, os meios que serão adotados pelo governo federal é que dividem opiniões. Um dos pontos mais polêmicos é a criação de linhas de financiamento para acesso a cursos mantidos por escolas particulares.

Secretário de Ciência e Tecnologia de Niterói, cidade que tem forte demanda na área de Construção Naval e que também deverá ser beneficiada pelo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí, o professor José Raymundo Romão não é contrário a parcerias com o setor privado. O que ele questiona, porém, é a efetividade da política.

Esse item do Pronatec reproduz duas ações adotadas para expansão do ensino superior: o Fies, que financia mensalidades, e o ProUni, que concede bolsas de estudos. Em ambos os casos, o que favoreceu essas políticas é o fato de que, quando foram implantadas, mais de 80% das vagas no nível superior eram de instituições privadas, quadro que não é o mesmo no ensino técnico hoje. "Fora as escolas federais, as da Faetec e as do Sistema S, praticamente não existem escolas técnicas privadas. Então, há um problema sério a: financiar para estudar onde?"

A proposta também traz à tona a polêmica sobre até que ponto recursos públicos devem financiar o setor privado. Até porque uma das propostas do plano é a de que empresas também recebam dinheiro para qualificar seus funcionários em parceria com instituições particulares.

O pesquisador e especialista em educação profissional Claudio Gomes, por exemplo, é contra. Para ele, essa orientação só se justifica quando não há instalações públicas que possam ser usadas. Ainda assim, ele acredita que o mais adequado seria expandir a rede mantida pelo governo.

"Não é a sociedade brasileira que deve financiar a expansão da educação no setor privado", defendeu Claudio Gomes, que é coordenador geral do ensino técnico de nível médio da Escola Politécnica Joaquim Venâncio, mantida pela Fiocruz, que é referência na formação de profissionais para a área de Saúde. Para ele, já que o governo vai direcionar, mesmo que indiretamente, recursos públicos para o setor privado, seja preciso, ao menos, que isso ocorresse apenas no curto prazo. "Já que vai financiar, que, pelo menos, o governo apresente à sociedade uma escala de amortização, com redução progressiva dos recursos utilizados, de forma a mostrar que a proposta existe em caráter de urgência."

FALTA DE CONTROLE SOBRE CURSOS É UM DOS PROBLEMAS

O objetivo do MEC ao criar linhas de crédito para o ensino técnico no setor privado é claro: aproveitar a capacidade instalada das escolas desse segmento. Mas, um dos problemas apontados é a falta de garantias sobre a qualidade. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, as instituições que ofertam educação profissional são avaliadas pelo poder público quando os cursos são criados ou quando solicitam nova autorização para continuarem a funcionar.

Para o professor Claudio Gomes, o problema é que, muitas vezes, o curso pode apresentar condições de oferta satisfatórias na avaliação mas, após o início das aulas, essa estrutura não existir mais. "É preciso que ocorra uma fiscalização, uma prestação de contas mais frequente, seja para a Secretaria de Educação ou até para o MEC. E esse problema não é resolvido com o financiamento", argumenta o pesquisador da Fiocruz.

Uma das possibilidades é a de que, a partir da injeção de recursos no setor privado, o próprio mercado regule a qualidade, com a permanência das melhores instituições. Como isso não aconteceu com o ensino superior a partir da criação do ProUni e do Fies, fica a dúvida se será diferente no segmento de educação profissional. "Sou a favor da iniciativa privada na educação em todos os níveis. Mas, no ensino superior, vemos que existe a PUC-Rio, de excelência inquestionável, e as outras que não têm o mesmo padrão", comentou Raymundo Romão.

O secretário também acredita que só criar condições favoráveis ao setor privado não significa que serão criadas as vagas de que o país precisa. Principalmente porque, assim também como acontece no nível superior, instituições particulares tendem a criar cursos de menor investimento. E várias funções demandadas pelo mercado hoje têm alto custo, como a de inspetor de solda. "Esse é um curso extremamente caro. Necessita de instrutores qualificados. Gasta-se muito em cada exercício de soldagem. É preciso haver fiscalização para que esse investimento do Pronatec tenha resultados", salientou.

REVERTER ALTA TAXA DE CONCENTRAÇÃO É DESAFIO

Outro problema é que, na criação de novas vagas, as instituições de ensino pautam-se pelas mais

tradicionais. Não por acaso, a taxa de concentração de matrículas no ensino técnico é alta. Segundo dados do Censo da Educação de 2010, na rede particular, com 544.570 matrículas, as dez áreas com maior número de estudantes somam 65,4% de todo o contingente. Somente Enfermagem contabiliza 2,3% ou 125.475 alunos.

Autor de um estudo recente sobre empregabilidade de quem faz cursos profissionalizantes, o economista Marcelo Neri, coordenador do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), não questiona a intenção do poder público de impulsionar o ensino técnico no país. Porém, acredita que a saída não é fazer, para a educação profissional, uma grande "Gosplan". Ao citar o modelo de planejamento econômico centralizado da antiga União Soviética, ele, na realidade, defende que o foco para a criação das novas vagas esteja na demanda.

"Não basta ter no papel um bom plano de educação profissional que atenda às prioridades produtivas vislumbradas para a nação. Ele tem que antes, e acima de tudo, atender às aspirações dos trabalhadores e das empresas. A análise da demanda por educação profissional é muito mais complexa que a da educação regular", analisa Marcelo Neri.

O Pronatec também prevê a expansão da rede federal e o incentivo aos Estados, que concentram boa parte da oferta de ensino técnico público. Para Claudio Gomes, o parâmetro para essas novas unidades deveria ser o mesmo que tem pautado a criação de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia nos últimos anos. "É indispensável que as escolas possam funcionar com pessoal administrativo, docentes e material necessário para atender aos cursos de acordo com a sua tipicidade. A rede federal já trabalha assim, mas o mesmo não acontece com as redes estaduais."

A expansão das escolas mantidas pela União também é bem vista por Marcelo Neri. O problema, destaca o especialista, é que o impacto na formação de mão de obra é mais demorado. "A quantidade de escolas federais de educação profissional criadas de 2005 a 2010 foi a mesma do século passado. Agora há um hiato até a operação efetiva das escolas."

Raymundo Romão também concorda com o investimento nessa linha. Mas defende, em paralelo, um impulso na criação de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), que possuem formação apenas profissional e com foco nas demandas econômicas da região onde estão instalados. "É um tipo de ensino extremamente prático e que forma rapidamente para o mercado de trabalho, ao passo que a escola técnica tradicional tem formação mais longa. A expansão da rede federal também é excelente. Os dois objetivos podem caminhar em paralelo", sugeriu o educador, em uma proposta para que o país, apesar de todos os investimentos em pauta, não veja os anos de ouro que vêm por aí transformarem-se em mais uma década perdida por causa do apagão de mão de obra.

Programa foi lançado no dia 28

A presidente da República, Dilma Rousseff, e o ministro da Educação, Fernando Haddad, lançaram na quinta, 28 de abril, o projeto de lei que cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O texto segue para o Congresso Nacional, onde tramitará em regime de urgência. Será investido R\$1 bilhão no projeto, cuja previsão é de atender cerca de 8 milhões de pessoas em até quatro anos.

O objetivo do Pronatec é expandir, democratizar e interiorizar a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes de nível médio, além de formação inicial e continuada para trabalhadores. Estão em construção 81 unidades que deverão ser inauguradas neste ou no próximo ano e o governo ainda deve anunciar outras 120. Somadas às 140 já existentes até 2002, e às 214 inauguradas na gestão do ex-presidente Lula, a rede federal contará com aproximadamente 600 unidades.

O projeto visa ainda à ampliação de oportunidades e crescimento das redes estaduais de educação profissional. Os recursos serão repassados para construção, reforma, ampliação de infraestrutura escolar e de recursos pedagógicos, além da formação de professores.

Por meio do Pronatec, o governo pretende dar mais rapidez ao acordo com o Sistema S, das quais fazem parte instituições como o Sesc, Senac, Senai e Sesi. Essas instituições terão que aplicar dois terços de seus recursos provenientes do imposto sobre a folha de pagamentos do trabalhador na oferta de cursos gratuitos. Neste modelo, as escolas dessas entidades receberão estudantes das redes estaduais do ensino médio, que terão sua formação complementada na área profissionalizante.

O projeto de lei que cria o Pronatec atinge também outros programas federais. A minuta amplia o alcance do Fies, que poderá dispor de mais duas linhas de crédito, sendo uma para estudantes egressos do ensino médio e outra para empresas que desejem formar seus funcionários em escolas privadas habilitadas pelo MEC ou no Sistema S. O funcionamento desse modelo é semelhante ao do ensino superior. Contudo, são 18 meses de carência e seis vezes o tempo do curso, mais 12 meses para pagar.



Estudante em curso técnico de Solda, uma das funções que tendem a exigir maior quantidade de trabalhadores qualificados nos próximos anos

Governo federal
vai utilizar ações
semelhantes
às usadas na
expansão do
ensino superior,
nos últimos anos,
para ampliar
a formação de
mão de obra
qualificada
no país.
O problema é
saber até que
ponto essa
estratégia pode
mesmo ser
replicada para o
ensino técnico



BRUNO BORGATO

Para Neri,
demanda
deve
orientar
expansão



ARQUIVO

Para Romão,
é preciso
acompanhar
eficácia das
parcerias